

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SETOR DE CONCURSOS



25.º CONCURSO PÚBLICO

Cargo:
PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

CADERNO DE PROVA
1.ª ETAPA DAS PROVAS ESCRITAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SETOR DE CONCURSOS
25.º CONCURSO PÚBLICO – APLICAÇÃO: 20/10/2002
Cargo: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno contém a prova prevista no inciso I do art. 19 do Regulamento do Concurso. Ao recebê-lo, confira se ele contém **cem** questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não é permitida a consulta à legislação, súmulas dos tribunais, anotações ou quaisquer outros comentários, bem como a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 4 Durante a prova, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos. Deverá o candidato solicitar ao fiscal quando necessitar de ir ao banheiro e(ou) bebedouro.
- 5 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 É vedado ao candidato inserir, no corpo deste caderno, o seu nome ou qualquer outro sinal que o possa identificar.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na folha de respostas ou na folha de rascunho poderá implicar a anulação da prova do candidato.
- 8 Este caderno, a folha de respostas e a folha de rascunho deverão ser devolvidos à Comissão do Concurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SETOR DE CONCURSOS
25.º CONCURSO PÚBLICO – APLICAÇÃO: 20/10/2002
Cargo: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

QUESTÃO 1

O tipo penal apresenta função

- I de seleção de comportamentos penalmente relevantes.
- II de criação do mandamento proibitivo.
- III de garantia, pois somente comportamentos a ele subsumíveis podem ser apenados.
- IV motivadora geral do comportamento dos cidadãos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 2

Julgue os itens a seguir.

- I No aspecto material, o princípio da legalidade exige que as normas penais definam com precisão e de forma cristalina a conduta proibida.
- II São características das penas a legalidade, a personalidade e a proporcionalidade.
- III A fragmentariedade do direito penal indica que ele só deve atuar em última instância quando as outras formas de controle fracassarem ou se mostrarem inertes.
- IV Podem ser indicadas como condições mínimas para o legítimo exercício do controle penal no Estado Democrático de Direito: merecimento da pena, necessidade da tutela penal, adequação e eficácia dessa tutela.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 3

Julgue os itens abaixo.

- I No que concerne à suspensão condicional da pena, a legislação penal brasileira adota o sistema anglo-saxão.
- II A suspensão condicional da pena não é cabível quando a pena privativa de liberdade aplicada foi substituída por pena restritiva de direitos.
- III Nos crimes culposos, a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos poderá ocorrer mesmo que a sanção fixada seja superior a quatro anos.
- IV A prestação pecuniária, fixada em substituição à pena privativa de liberdade, poderá ter como destinatários tanto a vítima como entidade pública ou privada com destinação social.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 4

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Zé Pequeno pois este, no dia 4/10/1996, tentou matar Buscapé, seu amigo de infância. A vítima não veio a óbito por circunstâncias alheias à vontade do agente, pois foi socorrida por populares e recebeu atendimento médico. Recebida a denúncia em 16/5/1997, e observado o devido processo legal, o réu foi pronunciado como incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (CP). A referida decisão prolatada em 12/8/2001 foi publicada em 14/8/2001. Inconformada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, o qual foi julgado e improvido no dia 24/2/2002, tendo o acórdão sido publicado em 10/3/2002. O tribunal do júri, em sessão plenária realizada no dia 18/10/2002, desclassificou a conduta. O magistrado, com base nas provas existentes nos autos, condenou Zé Pequeno à pena de dois anos de reclusão, em regime aberto, pela prática de lesão corporal gravíssima, e substituiu a referida sanção por duas penas restritivas de direitos, nos termos do art. 44, § 2.º, do CP.

Em face dessa situação hipotética e considerando que o art. 109, inciso V, do CP, fixa o prazo de quatro anos para a prescrição de uma pena de dois anos, julgue os itens que se seguem.

- I Segundo posicionamento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o tribunal do júri venha a desclassificar o crime.
- II Na hipótese exposta, ocorreu uma das espécies de prescrição da pretensão punitiva.
- III Uma vez proferida sentença condenatória, somente pode ocorrer a prescrição da pretensão executória.
- IV A decisão proferida no recurso em sentido estrito não interrompe a prescrição, pois apenas confirmou a decisão de primeira instância.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 5

Julgue os itens a seguir.

- I No concurso de pessoas, é dispensável a demonstração do acordo prévio entre os agentes, desde que esteja comprovado o liame subjetivo ou psicológico entre eles.
- II Na cooperação dolosamente distinta, há divergência entre o elemento subjetivo do partícipe e a conduta realizada pelo autor.
- III No concurso formal imperfeito, o CP adota o sistema do cúmulo material para aplicação da pena.
- IV No concurso formal perfeito, a pena não poderá exceder a que seria cabível pela regra do cúmulo material.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 6

Julgue os itens que se seguem.

- I Nos termos da Lei n.º 5.250/1967, a publicação, em um jornal, de artigo sem indicação da autoria acarretará a responsabilidade penal do redator da seção em que foi publicado, e do diretor do referido jornal.
- II Pratica crime de *lavagem* de dinheiro, tipificado na Lei n.º 9.613/1998, aquele que oculta bens provenientes de crime praticado por particular contra a administração pública estrangeira.
- III Se determinado cidadão for constrangido, com emprego de violência, para confessar a prática de um crime e esse comportamento acarretar a morte da vítima, o autor dessa conduta responderá por crime de tortura agravado pelo resultado morte. Se, ao contrário, a intenção do agente fosse matar a vítima, ele responderia pelo crime de homicídio qualificado pelo emprego de tortura.
- IV Os crimes de tortura, tipificados na Lei n.º 9.455/1997, admitem a progressão no regime de cumprimento de pena, uma vez que o referido diploma legal exige que apenas o início do cumprimento da sanção seja feito no regime fechado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 7

Considerando os dispositivos da Lei n.º 9.605/1998, relacionados às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente, julgue os itens que se seguem.

- I Reconhecido que o autor do delito possui baixo grau de instrução ou escolaridade, pode o magistrado deixar de aplicar-lhe a pena imposta ao crime.
- II Aquele que comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas, sem licença ou registro do órgão competente, responderá apenas por infração administrativa.
- III Se as circunstâncias judiciais forem favoráveis, o juiz pode deixar de aplicar a pena à pessoa que possui a guarda doméstica de animal silvestre ameaçado de extinção.
- IV O abate de animal considerado nocivo pelo órgão competente não é crime.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 8

Julgue os itens seguintes.

- I A condução de veículo automotor sob a influência de álcool ou substância de efeito análogo, quando não caracterizar crime autônomo, funcionará como circunstância agravante das condutas tipificadas na Lei n.º 9.503/1997.
- II A ocorrência de lesão corporal culposa de trânsito absorve a eventual direção sem habilitação, a qual passará a configurar causa de aumento de pena.
- III Após a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro, uma das correntes jurisprudenciais existentes entende que o art. 309 da Lei n.º 9.503/1997, no que concerne à direção de veículo automotor, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais, pois aquele diploma legal regulamentou inteiramente os crimes de trânsito. Para essa corrente, a direção inabilitada, quando não gerar perigo, configura mera infração administrativa.
- IV Não responderá por omissão de socorro o condutor que deixar o local do acidente, sem prestar imediato socorro à vítima, quando sua omissão for suprida por terceiros ou se tratar de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 9

Julgue os itens a seguir.

- I Com relação ao dolo, o CP adotou a teoria do consentimento para o dolo direto, e a teoria da vontade para o dolo eventual.
- II No crime culposo, a falta de previsibilidade objetiva do resultado exclui a tipicidade.
- III Não é possível o reconhecimento do estado de necessidade, quando o agente causou o dano culposamente.
- IV A reação excessiva na legítima defesa é ilícita e pode dar lugar à legítima defesa por parte do inicial agressor.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 10

Assinale a opção **incorreta**.

- A** Aquele que altera dados de certidão de nascimento verdadeira com a finalidade de alistar eleitor brasileiro, com idade inferior à mínima exigida pela lei, pratica crime de falsificação de documento público, tipificado no art. 297 do CP.
- B** Um indivíduo, integrante de uma banda de música, que adentre uma estação de rádio e constranja o locutor, mediante grave ameaça, a tocar o CD recentemente gravado por seu grupo, praticará o crime de constrangimento ilegal.
- C** Se a fraude for empregada para iludir a vigilância do ofendido, haverá furto qualificado pela fraude; se, porém, a fraude servir para iludir a vítima a entregar a coisa, antecedendo o apossamento, o crime será de estelionato.
- D** No roubo próprio a violência ou a grave ameaça são praticados antes ou durante a execução da subtração, pois são os meios utilizados para sua efetivação.

QUESTÃO 11

Assinale a opção **incorreta**.

- A A exigibilidade de conduta diversa, um dos elementos da culpabilidade, pode ser excluída pela coação moral irresistível.
- B Ao prolatar decisão de absolvição sumária, o magistrado fez o juízo de tipicidade do crime doloso contra a vida.
- C Um menor de dezoito anos não responde penalmente pela prática de seus atos, pois falta a ele a imputabilidade, um dos elementos da culpabilidade.
- D O potencial conhecimento da ilicitude é um dos elementos da antijuridicidade.

QUESTÃO 12

Assinale a opção **incorreta**.

- A Nos termos da Lei n.º 9.437/1997, o disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências será punido autonomamente, desde que o fato não constitua crime mais grave.
- B O crime de corrupção de menores, tipificado no art. 218 do CP, exige que a vítima tenha entre quatorze e dezoito anos.
- C O crime de corrupção de menores, tipificado no art. 1.º da Lei n.º 2.252/1954, exige que o agente pratique com a vítima ato de libidinagem, ou a induza a praticá-lo ou presenciá-lo.
- D O crime de incêndio, tipificado no art. 250 do CP, exige, para sua configuração, que a conduta praticada exponha a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

QUESTÃO 13

Assinale a opção **incorreta**.

- A Para a teoria do tipo independente ou avalorado, a tipicidade seria apenas indício da ilicitude.
- B Para a teoria dos elementos negativos do tipo, as causas de justificação eliminam a tipicidade, comportando-se como elementos negativos do tipo.
- C O dolo apresenta o elemento cognitivo ou intelectual, e o elemento volitivo.
- D No momento da aplicação da pena em virtude da prática de tentado, o magistrado deve levar em conta o *iter criminis* percorrido pelo agente.

QUESTÃO 14

Com relação às escusas absolutórias, assinale a opção **incorreta**.

- A São causas pessoais de isenção de pena expressamente consignadas no texto legal.
- B Embora configurado o delito em todos os seus elementos constitutivos, não ocorrerá a imposição da pena abstratamente cominada, se presente a escusa absolutória.
- C Devem existir à época da prática do delito.
- D Comunicam-se aos eventuais co-autores ou partícipes do crime.

QUESTÃO 15

Assinale a opção **incorreta**.

- A O crime de prevaricação, tipificado no art. 319 do CP, exige que a conduta seja praticada para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- B O crime de calúnia, tipificado no art. 138 do CP, salvo nas hipóteses expressamente previstas na lei, sempre admitirá a prova da verdade.
- C A vítima no crime de atentado violento ao pudor somente poderá ser do sexo feminino.
- D O funcionário público que, embora não tendo a posse do bem, o subtrai, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário público, responde pela prática de peculato-furto.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei n.º 6.368/1976, assinale a opção **incorreta**.

- A A pena do crime de tráfico de substância entorpecente será aumentada de um terço a dois terços quando a conduta for praticada nas imediações de estabelecimento de ensino ou hospitalar.
- B O delito de associação, tipificado no art. 14 da referida lei, pode restar configurado independentemente de apreensão de drogas.
- C A associação de duas ou mais pessoas para o fim de praticar tráfico de substância entorpecente será punida autonomamente quando a reunião de pessoas for permanente e estável.
- D Um médico que prescreve, culposamente, substância entorpecente a determinado paciente, em dose evidentemente maior que a necessária ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não viola o diploma legal supracitado, pois a referida conduta não foi tipificada na forma culposa.

QUESTÃO 17

Das opções abaixo, assinale a que **não** corresponde a posicionamento sumulado do STJ.

- A A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- B A reincidência não influi no prazo de prescrição da pretensão punitiva.
- C Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso substituir da prisão por multa.
- D É admissível a adoção do regime prisional aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

QUESTÃO 18

Com relação à extinção da punibilidade, assinale a opção **incorreta**.

- A A anistia poderá ser concedida antes ou depois da condenação.
- B Ocorrendo uma das causas interruptivas da prescrição, reinicia-se a contagem do prazo, computando-se o período anterior.
- C A prescrição superveniente utiliza, para cálculo do prazo prescricional, a pena fixada na sentença.
- D Tratando-se de crime de imprensa, a prescrição da pretensão punitiva do Estado consuma-se dentro do biênio a que se refere o art. 41, *caput*, da Lei n.º 5.250/1967, independentemente da pena cominada ao delito.

QUESTÃO 19

Concluiu-se um inquérito policial em que se apurou a prática de um crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa e pelo concurso de agentes, na forma tentada. Foram ouvidos, além do lesado, dois vizinhos, que confirmaram haver visto os dois indiciados quebrando a janela da casa e sendo presos no seu interior quando já haviam colocado algumas jóias dentro de uma sacola. Nessa situação, oferecida a denúncia, deverá o juiz

- A rejeitar a peça acusatória por considerar absolutamente inválido o auto de prisão em flagrante, uma vez que ambos os autuados eram menores de 21 anos e não foram assistidos por curador durante o ato.
- B rejeitar a denúncia, se considerar que o laudo de exame do local do furto, com o propósito de demonstrar a primeira qualificadora, foi elaborado por dois peritos não-oficiais, que não prestaram compromisso.
- C receber a denúncia, com base nas informações contidas nos depoimentos prestados no auto de prisão em flagrante pelos vizinhos e pelo lesado, postergando para o momento oportuno a verificação da efetiva comprovação do crime narrado na exordial.
- D desclassificar a imputação e receber a denúncia apenas por furto qualificado pelo concurso de agentes, por considerar imprestável o laudo pericial realizado por dois peritos não-oficiais que não prestaram compromisso.

QUESTÃO 20

Nos procedimentos decorrentes da prática de ato infracional por adolescente,

- A a concessão de remissão, como causa de exclusão do processo, tem como um de seus requisitos o reconhecimento, pelo adolescente, da autoria do ato infracional.
- B o arquivamento dos autos pelo Ministério Público não se submete a procedimento similar ao previsto no art. 28 do Código de Processo Penal (CPP), determinando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, diante do pedido de arquivamento devidamente fundamentado pelo agente ministerial, o juiz deverá cingir-se a homologar o ato.
- C na dicção do ECA, o processo para a apuração de ato infracional não pode ser iniciado sem prova pré-constituída e cabal da autoria e materialidade.
- D a medida aplicada por força de remissão poderá ser revista judicialmente a qualquer tempo.

QUESTÃO 21

No procedimento relativo a infração de menor potencial ofensivo, o

- A juiz, diante da recusa injustificada do órgão do Ministério Público, pode oferecer proposta de aplicação imediata de pena ao autor do fato.
- B juízo de admissibilidade da demanda é feito, na audiência de instrução e julgamento, após a resposta prévia da defesa técnica.
- C órgão do Ministério Público não poderá promover o arquivamento do termo circunstanciado invocando o princípio da insignificância.
- D não-comparecimento do autor do fato à audiência de instrução e julgamento, descumprindo o compromisso assumido perante a autoridade policial, quando da lavratura do termo circunstanciado, pode servir de base para a decretação da sua prisão preventiva.

QUESTÃO 22

Acerca das nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

- A Tratando-se de nulidade relativa, é vedado o seu reconhecimento, de ofício, pelo juiz.
- B Valendo-se de regra do Código de Processo Civil, por analogia, poderá o juiz, convencendo-se da inocência do réu, absolvê-lo, em vez de anular o processo em que tardiamente constatou a nulidade da citação.
- C O princípio da instrumentalidade das formas somente tem aplicação nas nulidades relativas.
- D O princípio do interesse aplica-se a ambas as partes na ação penal pública.

QUESTÃO 23

Tendo surgido, na instrução criminal já encerrada, prova de circunstância elementar não contida, ainda que implicitamente, na denúncia, e que importe no agravamento da sanção penal,

- A deverá o Ministério Público oferecer aditamento à peça acusatória, vedando-se ao juiz, por conseguinte, condenar o acusado pela imputação original.
- B a mudança da imputação para acrescentar qualificadora ao crime narrado na denúncia exigirá nova citação e interrogatório do acusado.
- C poderá o juiz, diante da recusa ministerial em oferecer o aditamento, aplicar, por analogia, o art. 28 do CPP.
- D não haverá necessidade de aditamento pelo Ministério Público, bastando ao juiz abrir à defesa o prazo necessário para falar e produzir prova.

QUESTÃO 24

Considerando o “privilegio contra auto-incriminação” no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- A Não se pode extrair ilação contrária aos interesses do investigado diante de sua recusa em fornecer padrões gráficos para a realização de exame grafotécnico.
- B Se a pessoa depõe, no inquérito policial, na qualidade de testemunha, não pode invocar o direito a não se auto-incriminar, para silenciar ante pergunta formulada pela autoridade policial, cuja resposta possa revelar informação que a incrimine.
- C É inadmissível a prova decorrente do reconhecimento formal do indiciado, realizado em conformidade com o procedimento previsto no CPP, se a tanto não anuiu.
- D O indiciado ou acusado não pode ser compelido a depor, mas, se o fizer, estará obrigado a dizer somente a verdade.

QUESTÃO 25

Sobre as provas no processo penal, assinale a opção correta.

- A O depoimento prestado pelo ofendido, na fase inquisitorial da persecução penal, não tem valor de autêntica prova testemunhal.
- B O acusado não sofre qualquer limitação para produzir a prova de sua inocência, porquanto, além de estar sempre em jogo a sua liberdade, o direito à prova é uma decorrência do direito à ampla defesa.
- C Estando presente o interesse público e mediante a devida fundamentação, o juiz poderá ordenar que o depoimento formal da vítima seja prestado e colhido sem a presença do advogado do acusado.
- D O uso de poderes instrutórios do juiz, como, por exemplo, a determinação, de ofício, de que se ouça testemunha referida no interrogatório do acusado, é incompatível com o sistema acusatório adotado no Brasil.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta em relação à execução penal.

- A O exame criminológico será realizado, obrigatoriamente, nos condenados a sanção privativa de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena fixado na sentença.
- B O processo de execução da pena tem o seu início com a certidão que atesta o trânsito em julgado da condenação.
- C Desde que não empregue violência contra a pessoa, a fuga do condenado recolhido a estabelecimento penitenciário é um direito seu.
- D O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

QUESTÃO 27

Em conformidade com o entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal (STF), em tema de prisões cautelares, assinale a opção correta.

- A Sendo anulada, no julgamento do recurso do Ministério Público, a sentença absolutória, a prisão preventiva do acusado, que perdurara até aquela decisão monocrática, será automaticamente restabelecida.
- B Tratando-se de crime punido com pena não superior a oito anos, a prisão preventiva decretada na fase inquisitorial poderá ser convertida em liberdade provisória mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, na forma do parágrafo único do art. 310 do CPP.
- C Pode o tribunal onde foram esgotados os recursos de natureza ordinária determinar a prisão do acusado, inexistindo óbice à execução do mandado mesmo se interposto recurso especial ou extraordinário.
- D Tendo sido condenado, em sentença ainda recorrível, por crime inafiançável, não poderá o acusado ser cautelarmente preso se gozar de bons antecedentes penais.

QUESTÃO 28

Ainda em conformidade com o entendimento predominante do STF, assinale a opção correta.

- A O arquivamento requerido pelo Ministério Público e deferido pelo juiz, com fundamento na atipicidade do fato, produz coisa julgada, impedindo a instauração de nova ação penal.
- B A intimação pessoal do defensor público não é exigível durante o processamento de recurso de natureza extraordinária.
- C É inconstitucional a prisão civil do devedor que dispõe do bem objeto de alienação fiduciária.
- D Na ação penal privada, cumpre ao Ministério Público propor a suspensão condicional do processo.

QUESTÃO 29

É regular a citação

- A no procedimento sumaríssimo dos juizados especiais criminais, se feita via correspondência com aviso de recebimento.
- B por hora certa, quando o acusado, inequivocamente, se furta a ser pessoalmente citado pelo oficial de justiça.
- C feita na pessoa do acusado, mesmo sendo ele menor de 21 anos.
- D por edital, mesmo estando o dia do interrogatório compreendido no prazo do edital.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correta a respeito dos recursos no processo penal.

- A A existência de impugnações privativas da defesa desequilibra a balança processual, ferindo, injustificadamente, o princípio da paridade de armas (*par conditio*).
- B A proibição da *reformatio in pejus*, em recurso manejado pela defesa, é uma decorrência do princípio da presunção de inocência.
- C O reconhecimento, em recurso do Ministério Público, de erro na individualização da pena imposta ao acusado produz a nulidade de toda a sentença.
- D Em recurso exclusivo do Ministério Público, contra sentença absolutória, o tribunal de justiça não pode reconhecer a incompetência absoluta do juízo *a quo*, salvo se alegada pelo recorrente.

QUESTÃO 31

Assinale a opção correta a respeito da apelação criminal.

- A É cabível contra a decisão que não recebe a denúncia, em procedimento ordinário previsto no CPP.
- B Não será conhecida na hipótese em que o assistente da acusação a interpõe contra sentença absolutória da qual o Ministério Público regularmente recorreu.
- C Tendo como fundamento a existência de decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, permite ao tribunal *ad quem*, diante de duas versões possíveis e razoavelmente amparadas no conjunto probatório produzido nos autos, determinar que se realize novo julgamento.
- D Sendo interposta pelo Ministério Público contra a sentença absolutória, impedirá a soltura do acusado se o promotor de justiça demonstrar que permanece íntegra a necessidade da cautela para a garantia da ordem pública.

QUESTÃO 32

A respeito do arquivamento de inquérito policial, assinale a opção correta.

- A Cuidando-se de ação penal privada, o arquivamento do inquérito policial poderá dar-se, decorrido o prazo decadencial, sem necessidade de requerimento do ofendido ou de seu representante legal.
- B O juiz, ao recusar o pedido de arquivamento, pode determinar o retorno dos autos à Polícia Civil, para o prosseguimento das investigações.
- C Mesmo tendo-se convencido, sem margem a dúvida, da existência de uma causa excludente de ilicitude, não pode o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial, por tratar-se de matéria de apreciação privativa do Poder Judiciário.
- D O Ministério Público, ao promover o arquivamento, não está autorizado a utilizar-se de princípios que interferem na interpretação da norma penal incriminadora, qual o princípio da adequação social.

QUESTÃO 33

No processamento dos crimes de tráfico de entorpecentes, o(a)

- A acusado deverá ser interrogado duas vezes, tendo o direito de ser ouvido uma vez no início da audiência de instrução e julgamento e outra, ao seu final, após a oitava das testemunhas.
- B nova lei de tóxicos acolheu o instituto da delação premiada.
- C novel legislação sobre o tema proíbe, expressamente, a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, na hipótese de tráfico de entorpecentes.
- D juiz designará, logo após o oferecimento da denúncia, a audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 34

EMENTA. *HABEAS CORPUS*. PREFEITO MUNICIPAL. ARTIGO 1.º - I DO DECRETO-LEI 201/67. CONDENAÇÃO. PROVA ILÍCITA. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. FALTA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. ORDEM DENEGADA.

A quebra do sigilo bancário — não observado o disposto no art. 38, § 1.º da Lei n.º 4.595/64 — não se traduz em prova ilícita se o réu, corroborando as informações prestadas pela instituição bancária, utiliza-as para sustentar sua defesa. Ordem denegada. (HC – 74197/RS, Rel. Min. Francisco Resek, j. 26/11/96, 2.ª T, DJU 25/4/97, p. 15200).

A temática enfrentada é relativa à prova ilícita derivada (doutrina dos frutos da árvore venenosa) no processo penal. Ainda que a ementa transcrita não o diga expressamente, é possível inferir, pela sua leitura, que tal decisão do STF, acompanhando os passos da homóloga corte norte-americana, acolheu, em relação à citada doutrina, a limitação da

- A descoberta inevitável.
- B fonte independente.
- C boa-fé.
- D descontaminação.

QUESTÃO 35

Considerando a óptica do garantismo penal, assinale a opção incorreta.

- A Uma vez que não tem sido assegurado aos indiciados e acusados o efetivo exercício de seus direitos, deve-se preferir a adoção de modelos em que o juiz participe, ativamente, da fase investigatória da persecução penal, como ocorre nos sistemas de juizado de instrução.
- B É inevitável, para o funcionamento do sistema criminal, um certo índice de impunidade.
- C Contrasta com o princípio de equidade a cominação obrigatória de limites mínimos de sanção criminal para cada tipo penal, pois essa opção legislativa não permite ao juiz valorar cada caso, fixando a pena justa e proporcional à gravidade concreta da conduta.
- D A verdade processual é meramente aproximativa, já que o subjetivismo do juiz e das fontes de prova não possibilita a obtenção da verdade absoluta.

QUESTÃO 36

Sobre o direito de defesa no processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- A** Além do acusado, são titulares desse direito aqueles que, embora ainda não sejam parte na ação penal condenatória, sofram algum tipo de constrição a seus bens ou a sua liberdade, por meio de medida cautelar.
- B** No conflito entre as vontades do acusado e de seu defensor, para a prática de ato processual, deve sempre prevalecer a deste último, já que a autodefesa se subordina à defesa técnica.
- C** Além de representar um direito do acusado, de cunho individual, o direito à defesa é também uma garantia do correto desenvolvimento do processo, de interesse social.
- D** O direito de audiência e o direito de presença, como modalidades da autodefesa do acusado, podem ser exercitados de forma passiva, sendo, pois, facultado ao imputado deixar de falar pessoalmente e de estar presente aos atos processuais, sem que isso represente ausência de defesa.

QUESTÃO 37

Em relação à disciplina dos vícios redibitórios, julgue os itens abaixo.

- I** No Código Civil em vigor, o adquirente da coisa recebida com vício pode rejeitá-la, redibindo o contrato, ou reclamar o abatimento proporcional do preço, valendo-se, na segunda hipótese, da ação estimatória ou *quantum minoris*.
- II** No novo Código Civil, houve ampliação do prazo para ajuizamento das ações edilícias, além de serem abrangidos os defeitos aparentes.
- III** No novo Código Civil, tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia podem ser estabelecidos por usos locais.
- IV** No novo Código Civil, a existência de garantia contratual não afeta, de modo algum, a contagem do prazo decadencial para exercício do direito à redibição.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

QUESTÃO 38

Julgue os itens abaixo, conforme disciplina do novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

- I** A prescrição, além de não admitir renúncia prévia, ocorre em dez anos, quando a lei não indicar outro prazo.
- II** São relativamente incapazes os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- III** A manifestação de vontade não produz efeito, se o autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- IV** Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido da outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

QUESTÃO 39

Julgue os itens abaixo, conforme o disposto na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- I** A disciplina relativa a vícios de qualidade dos produtos e serviços só pode ser invocada pelo adquirente final de produto ou serviço.
- II** Como regra, o fabricante, o produtor, o importador e o comerciante respondem, solidariamente e independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos de construção, montagem, fórmulas, manipulação ou apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- III** Prescreve em cinco anos a pretensão da vítima de acidente de consumo — denomina de *bystander* pela doutrina — à reparação dos danos sofridos.
- IV** Em relação à responsabilidade pelo fato do produto, este não é considerado defeituoso em razão de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

QUESTÃO 40

Assinale a opção **incorreta**, considerando a disciplina do novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

- A** A lei, ao regulamentar o poder familiar, dispõe que ele deve ser exercido igualmente pelo pai e pela mãe e que, em caso de divergência, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.
- B** É admissível alteração de regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges e ressalvados os direitos de terceiros.
- C** É nulo o pacto antenupcial se não for realizado por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- D** Os casamentos realizados antes da entrada em vigor do novo Código Civil deverão ser adaptados ao regime de bens por ele instituído, no prazo de cinco anos.

QUESTÃO 41

Assinale a opção **incorreta**.

- A** De acordo com o novo Código Civil, a coação, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado termo de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens e, em circunstâncias específicas, a pessoa não-pertencente à família do paciente.
- B** De acordo com o novo Código Civil, o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa; são defesos, todavia, os atos que não tragam ao proprietário qualquer comodidade ou utilidade e sejam animados pela intenção de prejudicar terceiros.
- C** Tanto o Código Civil em vigor como o novo Código Civil explicitam que os bens públicos não estão sujeitos ao usucapião.
- D** O novo Código Civil estabelece que os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta.

- A** Tanto o Código Civil em vigor como o novo Código Civil disciplinam os direitos da personalidade.
- B** O caráter extrapatrimonial dos direitos da personalidade significa que é juridicamente impossível requerer indenização em face de sua violação.
- C** De acordo com o novo Código Civil, salvo o caso de exceções legais, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- D** Conforme disciplina do novo Código Civil, o pseudônimo, mesmo adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.

QUESTÃO 43

Assinale a opção **incorreta** de acordo com a disciplina do novo Código Civil.

- A** O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.
- B** Em relação à ordem de vocação hereditária, o cônjuge sobrevivente, em determinadas circunstâncias, concorre em igualdade de condições com os ascendentes e descendentes.
- C** É reconhecido o direito sucessório ao cônjuge sobrevivente, mesmo que, ao tempo da morte do outro, estivesse caracterizada a separação de fato há mais de dois anos.
- D** Os maiores de dezesseis anos podem testar.

QUESTÃO 44

Assinale a opção **incorreta**.

- A** O novo Código Civil prevê, expressamente, que a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- B** A boa-fé objetiva é princípio geral e expresso de direito contratual tanto no Código Civil em vigor como no novo Código Civil.
- C** De acordo com o novo Código Civil, a oferta ao público equivale a proposta quando contém os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- D** De acordo com o novo Código Civil, os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.

QUESTÃO 45

Julgue os itens abaixo.

- I** Tanto no Código Civil em vigor como no novo, a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário ou inexecução do encargo.
- II** Em tema de responsabilidade civil, o novo Código Civil prevê a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para o direito de outrem.
- III** De acordo com o novo Código Civil, a indenização decorrente de ato ilícito mede-se pela extensão do dano, não podendo o juiz reduzir o valor indenizatório ainda que haja desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- IV** O novo Código Civil exige os mesmos pressupostos que o Código de Defesa do Consumidor para que seja operada a revisão do contrato de trato sucessivo, em face de onerosidade excessiva para o comprador de determinado bem.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta.

- A** O novo Código Civil, assim que iniciar sua vigência, irá revogar o Código de Defesa do Consumidor em relação à disciplina das práticas abusivas.
- B** Dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil que, em caso de lacuna, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, costumes, a equidade e os princípios gerais do direito.
- C** O intérprete, ao estabelecer o sentido e o alcance das normas jurídicas, deve conferir preferência ao método gramatical e histórico.
- D** De acordo com o novo Código Civil, o contrato de comissão tem por objetivo a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente.

QUESTÃO 47

Assinale a opção **incorreta** de acordo com o novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

- A** O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- B** É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser de conhecimento de quem com aquele tratou.
- C** É nulo, entre outras hipóteses, o negócio jurídico que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- D** A pretensão de reparação civil sujeita-se à prescrição pelo prazo geral de dez anos.

QUESTÃO 48

Julgue os itens a seguir.

- I O falido não pode ausentar-se do lugar da falência, sem motivo justo e autorização expressa do juiz.
- II Mesmo os títulos não-sujeitos a protesto devem ser protestados para fins de requerimento de falência de devedor comerciante.
- III A atuação do Ministério Público no processo falimentar justifica-se pela presença de interesse da Fazenda.
- IV O síndico da falência não pode ser pessoa jurídica.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e IV.
- B** I e III. **D** III e IV.

QUESTÃO 49

Julgue os itens a seguir de acordo com a disciplina do novo Código Civil.

- I São pessoas jurídicas de direito privado as associações, os institutos, as sociedades e as fundações.
- II A fundação somente pode ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- III O estatuto da fundação deve ser elaborado por escritura pública ou testamento.
- IV Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e IV.
- B** I e III. **D** III e IV.

QUESTÃO 50

Assinale a opção **incorreta** de acordo com a disciplina do Código de Defesa do Consumidor.

- A** O Código de Defesa do Consumidor tem, entre seus princípios, o da boa-fé objetiva.
- B** O prazo decadencial do direito de reclamar pelos vícios ocultos dos produtos inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito; a lei, todavia, não estabelece um prazo máximo para surgimento do vício.
- C** É entendimento pacífico do STJ que é ilícita a inscrição do consumidor em banco de dados de proteção ao crédito enquanto houver discussão judicial da respectiva dívida.
- D** Veda-se, na cobrança de dívidas, que sejam encaminhadas cartas para a residência ou o local de trabalho do consumidor.

QUESTÃO 51

Assinale a opção que **não** reflete entendimento sumulado do STJ.

- A** É possível o pacto de capitalização de juros em cédulas de crédito rural, comercial e industrial.
- B** A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- C** A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.
- D** Prescreve em vinte anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

QUESTÃO 52

Assinale a opção **incorreta**.

- A** A espécie de interesse coletivo *lato sensu* veiculado em ação civil pública depende do pedido.
- B** De acordo com o Código Civil em vigor e, também, com o novo, o comodato é empréstimo gratuito de coisas não-fungíveis; por se perfazer com a tradição do objeto, é classificado como contrato real.
- C** De acordo com o novo Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- D** É entendimento sumulado do STJ que direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

QUESTÃO 53

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção **incorreta**.

- A** O juízo de retratação é aplicado a qualquer recurso, independentemente da matéria que constitui seu objeto.
- B** A falta ou carência de recursos materiais não é razão suficiente para perda do pátrio poder.
- C** O prazo para a interposição e para o oferecimento de contrarrazões de apelação é de dez dias.
- D** Os benefícios previdenciários que decorrem da concessão de guarda da criança são motivos suficientes a ensejar o deferimento da medida àquele que a requer.

QUESTÃO 54

Julgue os itens a seguir.

- I De acordo com o ECA, a sentença que deferir o pedido de adoção será averbada à margem do registro de nascimento do adotando, consignando-se a adoção no corpo da certidão.
- II O novo Código Civil não disciplina expressamente o enriquecimento sem causa.
- III Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando-se a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- IV Os órgãos das administração pública direta, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor, ainda que sem personalidade jurídica, possuem legitimidade para propor ação coletiva em defesa dos direitos do consumidor.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e IV.
- B** I e III. **D** III e IV.

QUESTÃO 55

Ocorre o fenômeno da substituição processual

- I quando, por autorização legal, as partes do processo não coincidem com os sujeitos da relação de direito material controvertida.
- II quando, ocorrendo a morte de uma das partes, seus herdeiros habilitam-se no processo, prosseguindo no feito.
- III quando o bem objeto do processo é alienado no curso da ação e o adquirente substitui o vendedor que era parte originária no feito.
- IV quando o MP intervém no processo em defesa do interesse dos incapazes que não possuem representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daqueles.
- V quando o MP propõe a ação de investigação de paternidade na hipótese da Lei n.º 8.560/1992.
- VI quando o curador atua na defesa do réu revel.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 3. **B** 4. **C** 5. **D** 6.

QUESTÃO 56

Em relação às ações coletivas, assinale a opção **incorreta**.

- A** O particular, vítima de danos que atingiram outros indivíduos que se encontravam na mesma situação que a sua, tem legitimidade para instaurar ação coletiva.
- B** O Ministério Público possui legitimidade para mover qualquer ação coletiva para a defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos relativos ao consumidor, ainda que na defesa de direitos individuais disponíveis.
- C** O resultado favorável obtido na ação coletiva relativamente ao consumidor repercute positivamente no âmbito da tutela individual, desde que o processo individual tenha sido suspenso no prazo legal, mas do resultado da ação individual nenhum benefício emerge para a ação coletiva.
- D** O Código de Defesa do Consumidor prevê que o consumidor possa atuar individualmente no processo coletivo, como litisconsorte.

QUESTÃO 57

Em relação a jurisdição e processo, assinale a opção **incorreta**.

- A** Dizer que jurisdição é atividade substitutiva significa dizer que opera em substituição da vontade dos outros sujeitos do processo e exclui do conceito a jurisdição voluntária.
- B** A função notarial que se caracteriza pela administração pública de interesses privados constitui atividade típica de jurisdição voluntária.
- C** A regra que autoriza o julgamento antecipado da lide não é dispositiva. Assim, ainda que as partes requeiram a sua aplicação, o juiz só poderá fazê-lo na hipótese de considerar desnecessária a realização de instrução processual.
- D** A jurisdição comum é dividida entre as justiças estadual e federal, sendo a jurisdição especial dividida entre as justiças eleitoral, militar e do trabalho.

QUESTÃO 58

Em relação ao tempo no processo, assinale a opção correta.

- A** A lei processual tem efeito retroativo, porquanto alcança lide constituída antes do início de sua vigência.
- B** O princípio do juiz natural impede que as regras que modificam a competência, qualquer que seja a sua natureza, sejam imediatamente aplicadas.
- C** A possibilidade de rescindir-se a sentença rege-se pela lei em vigor na data do seu trânsito em julgado: se determinado fato passou a ser motivo de rescindibilidade por lei superveniente, após o trânsito em julgado da sentença, não torna a sentença rescindível pelo novo fundamento.
- D** Tratando-se de ações autônomas de impugnação, tanto a rescisória como a anulatória devem ser interpostas no prazo de dois anos do trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir ou anular, sob pena de operar-se a decadência.

QUESTÃO 59

Em relação à competência, assinale a opção correta.

- A** Conflito de jurisdição entre juiz estadual e federal é dirimido pelo TRF competente para julgar os recursos das decisões proferidas pelos juízes federais daquela seção judiciária.
- B** O conflito de jurisdição entre o STJ e o TRF é dirimido pelo STF.
- C** Para efeito de alteração da competência em virtude da conexão de causas, que só ocorre nas hipóteses em que a competência é relativa, há necessidade da declinatoria de foro.
- D** Ação ordinária de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público contra governador de estado é da competência do STJ, já que a improbidade é atribuída a agente político jurisdicionado originariamente naquela Corte de Justiça.

QUESTÃO 60

Ainda sobre a competência, julgue os itens a seguir.

- I É válida a cláusula de eleição de foro em contrato de adesão, desde que não seja abusiva.
- II A competência funcional firmada pela *perpetuatio jurisdictionis* pode ser alterada, posteriormente, no juízo de primeiro grau, se a competência *ratione materiae* em sentido estrito for modificada.
- III No foro de eleição, não é dado a uma das partes renunciar ao foro de seu domicílio sem designar lugar certo para a propositura da ação.
- IV Se a fazenda do estado intervier como terceiro em causa que corre em comarca do interior, onde não há vara especializada da fazenda, o juízo cível será competente para processar e julgar o feito. O mesmo se aplica às ações civis públicas intentadas contra a União, que correrão na justiça estadual se o local do dano não for sede de vara federal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 61

Ainda sobre competência, assinale a opção correta.

- A** Nada obsta o *simultaneus processus*, nos casos de conexão ou continência, para que haja cumulação processual envolvendo causas e litígios que sejam, respectivamente, de atribuição da justiça federal e da justiça local.
- B** Assim como a rescisória, a ação anulatória de sentença que homologa acordo das partes é de competência originária dos tribunais.
- C** Diante da cumulabilidade obrigatória do *iudicium rescindens* e do *iudicium rescissorium*, se em ação rescisória proposta para anular, por incompetência absoluta, sentença de primeiro grau, o tribunal julgar procedente a ação, deverá rescindir a sentença e rejulgar a causa, não comportando a hipótese a remessa dos autos ao órgão de primeiro grau cuja competência para julgar a causa se reconheceu.
- D** O entendimento jurisprudencial dominante considera que a competência para processar e julgar mandado de segurança interposto contra ato judicial proferido por magistrado de juizado especial cível é da turma recursal do respectivo órgão judiciário.

QUESTÃO 62

Em relação às nulidades, assinale a opção correta.

- A** Sentença proferida por juiz absolutamente incompetente é sentença inexistente, não ficando o vício sanado pelo trânsito em julgado, mesmo depois de ultrapassado o prazo da rescisória.
- B** Se um juiz absolutamente incompetente proferiu decisão definitiva em uma causa, ao subir o processo ao segundo grau este pode, de ofício, anular a decisão, ainda que nenhuma das partes tenha alegado a questão, restando imaculado o princípio do *tantum devolutum quantum apelatum*.
- C** É causa de extinção do processo, sem julgamento de mérito, se o processo tiver corrido sem conhecimento do Ministério Público.
- D** A parte que atuou sem outorga uxória pode, em apelação, pedir que se anule, por aquela irregularidade, a sentença que lhe foi desfavorável, porque a nulidade, no caso, é absoluta.

QUESTÃO 63

Acerca da legitimação *ad causam* e *ad processum*, assinale a opção correta.

- A** O réu revel não tem legitimidade para propor ação rescisória da sentença contra ele proferida.
- B** O Ministério Público tem legitimidade para propor rescisória, invocando qualquer dos fundamentos do art. 485 do CPC nos feitos em que tenha sido parte. Naqueles, porém, em que atuou como *custos legis* sua legitimação é restrita a algumas hipóteses apenas.
- C** Proposta ação contra o insolvente, é obrigatória a citação do administrador para representar a massa, já que o insolvente, a exemplo do falido, fica privado da administração de seus bens, perdendo a capacidade de estar em juízo.
- D** Nas obrigações indivisíveis com pluralidade de credores haverá litisconsórcio ativo necessário quando o sócio ou herdeiro pedir a totalidade da coisa em poder de terceiros, sendo necessária, portanto, a citação dos demais legitimados ativos para a causa.

QUESTÃO 64

Julgue os itens abaixo.

- I A execução de sentença objeto de rescisória é provisória e reclama caução do exequente para assegurar, em caso de eventual desconstituição do título, reparação de danos ao executado, autor da rescisória.
- II Se o revel intervier no processo, a revelia desaparece *ex nunc*, pelo que, daí por diante, deve o réu ser intimado dos demais atos do processo.
- III A prejudicial penal no juízo cível não torna obrigatória a suspensão da ação civil.
- IV Se o juiz não indeferir a petição inicial ao exarar o despacho liminar, nem por isso ficam sanadas preclusivamente as irregularidades por acaso existentes.
- V As irregularidades dispositivas não podem ser conhecidas no despacho liminar, porquanto dependem de arguição do réu.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta.

- A** Em ação de dissolução de sociedade de fato proposta contra o espólio, que terá por efeito a inclusão da autora como pensionista do companheiro falecido, é obrigatória, sob pena de nulidade do processo, a citação da primeira esposa do falecido, já que, uma vez julgada procedente a ação, a pensão que esta recebe terá que ser dividida com a autora, sendo hipótese, portanto, de litisconsórcio necessário.
- B** A *res judicata*, como preclusão máxima, sana todas as nulidades relativas da sentença e do processo, hipótese em que a sentença sujeitar-se-á à rescisão, no prazo de dois anos. Já as nulidades absolutas, porque insanáveis, impedem que a sentença transitada em julgado produza os seus efeitos, mesmo após o exaurimento do prazo decadencial da rescisória.
- C** Se um juiz de vara cível pretende penhorar crédito do executado depositado à disposição de outra vara, na mesma circunscrição judiciária, deverá expedir carta precatória para que o juízo deprecado averbe, no rosto dos autos, a penhora.
- D** Uma vez oposta exceção de incompetência, suspende-se o prazo para contestação até que a exceção seja julgada no primeiro grau de jurisdição.

QUESTÃO 66

Quanto ao pedido e à causa de pedir, assinale a opção **incorreta**.

- A** O pedido se interpreta restritivamente, ou seja, não comporta alargamento para nele se incluir o que podia ser incluído e não foi, salvo exceções expressamente previstas em lei, tais como a condenação em honorários de advogado, em custas e juros legais, que estão compreendidos no pedido principal.
- B** Nas prestações de trato sucessivo, o pedido de condenação em prestações vencidas não inclui o das vincendas enquanto subsistir a obrigação, sem que haja expresso pedido do autor.
- C** Na ação de anulação do ato jurídico, por vício de consentimento, cada vício constitui uma causa distinta e não pode ser considerado como simples meio: quantos forem os vícios argüíveis, tantas serão as ações possíveis.
- D** A correta exposição do pedido e da causa de pedir pelo autor da demanda não inclui o exato enquadramento da espécie nas normas legais que sobre ela incidem, sendo que o silêncio ou erro daquele nenhuma consequência tem.

QUESTÃO 67

Assinale a opção **incorreta**.

- A** Se o crédito do réu for superior à dívida que lhe é cobrada pelo autor, é cabível a reconvenção para a cobrança do saldo.
- B** Nas execuções para cobrança de quantia certa, se o executado tiver crédito líquido e certo contra o exequente, deverá embargar alegando compensação, sendo-lhe vedado o uso da reconvenção.
- C** Ultrapassado o valor de quarenta salários mínimos, o autor poderá optar pelo juizado especial para a cobrança do valor de alçada, reservando-se o direito de utilizar-se do procedimento sumário ou ordinário para o restante.
- D** A litispendência apresenta natureza nitidamente publicística, por isso o juiz pode e deve reconhecê-la em qualquer estado da causa, mesmo de ofício.

QUESTÃO 68

Em relação à ação rescisória, julgue os itens a seguir.

- I No sistema processual civil brasileiro, a ação rescisória é sempre de competência de juízo superior ao que prolatou a decisão rescindível.
- II É inadmissível rescisória interposta contra sentença que se limitou a extinguir o processo sem julgar a lide.
- III A sentença rescindível reveste-se de autoridade da coisa julgada e surte todos os seus efeitos, enquanto não-desconstituída, não podendo o vício ser alegado em embargos do devedor, exceção feita à hipótese de o processo ter corrido à revelia do réu não citado ou cuja citação foi nula.
- IV É cabível ação rescisória de sentença de mérito por falta de intimação regular do advogado para a audiência.
- V Não cabe rescisória de sentença de mérito que julgue improcedente o pedido na ação civil pública por deficiência de prova.
- VI Nas ações anulatórias do art. 486, o que se visa anular é o próprio acordo de vontade das partes e não a sentença homologatória.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 3.
- B** 4.
- C** 5.
- D** 6.

QUESTÃO 69

Em relação à declaração de inconstitucionalidade de lei, julgue os itens subseqüentes.

- I A norma cuja argüição de inconstitucionalidade se requer não tem que se relacionar com o mérito da causa, mas a decisão judicial a ser tomada deve depender da norma questionada.
- II Tratando-se de direitos disponíveis, não pode o juiz, de ofício, sem o requerimento da parte interessada, declarar a inconstitucionalidade de lei, sob pena de violar o princípio da demanda.
- III O STJ pode reconhecer, *incidenter tantum*, diante de um recurso especial que esteja apreciando, a inconstitucionalidade da lei a ser aplicada, devendo observar, na hipótese, o princípio da reserva de plenário.
- IV Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei anterior à nova Constituição. Nessa hipótese, há de se cogitar-se, exclusivamente, de sua revogação, que é matéria estranha tanto à ADIn como ao incidente de inconstitucionalidade.
- V A decisão que enseja a interposição de recurso ordinário ou extraordinário não é a do plenário, que resolve o incidente de inconstitucionalidade, mas a do órgão (câmaras, grupos ou turmas) que completa o julgamento do feito.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 70

O Sindicato do Donos de Farmácias impetrou mandado de segurança coletivo preventivo para que o secretário de saúde estadual se abstinhasse de fiscalizar e autuar os seus associados pelo descumprimento de lei editada pelo estado, que entendiam inconstitucional, e que obrigava os donos de farmácia a concederem descontos de 10% a 30% nos medicamentos para maiores de sessenta anos. Concedida a liminar no mandado de segurança, a fazenda estadual requereu suspensão de segurança, com base na Lei n.º 4.348/1964. Simultaneamente, a Confederação Nacional do Comércio propôs ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) para declaração da inconstitucionalidade da referida lei por afronta a normas da Constituição da República, cuja liminar não foi concedida.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- I É incabível a segurança, na hipótese, pois não se admite impetração contra lei em tese.
- II É competente o STF, e não o tribunal de justiça, para julgar ADIn de lei estadual em confronto com a Constituição.
- III No Distrito Federal, competente para processar a segurança contra secretário de Estado de saúde é o tribunal de justiça e não o juiz de primeiro grau.
- IV Competente para conceder a suspensão de segurança, na hipótese da liminar ter sido concedida pelo desembargador relator em mandado de segurança originário, é o presidente do tribunal de justiça e não o presidente do STF.
- V O indeferimento da liminar na ADIn promovida pela Confederação Nacional do Comércio tem efeito vinculante, provocando a revogação, *ipso iure*, da liminar concedida no mandado de segurança.

Estão certos apenas os itens

- A** II e III.
- B** III e V.
- C** I, II e IV.
- D** I, IV e V.

QUESTÃO 71

O Ministério Público de São Paulo promoveu ação *ex delicto* na defesa dos interesses de titular de direito à reparação de dano decorrente de crime, com base no art. 68 do CPP. O juiz cível de primeiro grau fixou a indenização em R\$ 15.000,00. O réu apelou, alegando a ilegitimidade ativa do Ministério Público para atuar no feito, já que o art. 68 do CPP teria sido revogado pela Constituição de 1988, que dispôs sobre as novas atribuições do Ministério Público, ali não se elencando a defesa de interesses individuais disponíveis. O tribunal, à unanimidade, reconheceu a legitimidade do Ministério Público e, por maioria, manteve a condenação em R\$ 15.000,00, vencido o relator, que a diminuía para R\$ 10.000,00. O demandado opôs embargos infringentes da parte não unânime da decisão e RESP e RE da parte unânime, alegando que a aplicação do art. 68 do CPP violava artigo do estatuto da OAB e as normas da Constituição da República que tratam das novas funções institucionais do Ministério Público.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- I Não cabem embargos infringentes da decisão que, por maioria, manteve a condenação em R\$ 15.000,00.
- II Não cabe RESP da decisão que aplicou o art. 68 do CPP, já que o recurso funda-se na inconstitucionalidade da norma, sendo cabível, tão-somente, recurso extraordinário para o STF.
- III O acórdão é nulo, pois decidiu acerca da constitucionalidade de lei sem que instaurasse o competente incidente de inconstitucionalidade, observando, assim, o princípio da reserva de plenário.
- IV O entendimento do STF a respeito do tema é no sentido de que o art. 68 vem-se tornando progressivamente inconstitucional, detendo o Ministério Público, com supedâneo na redação atual do inc. IX do art. 129 CF, legitimidade ativa extraordinária e concorrente para propor ação civil *ex delicto* em prol de vítima carente nos locais onde não existir defensoria pública nos moldes traçados na CF.
- V São cabíveis, na espécie, os recursos de embargos infringentes, contra a parte da decisão tomada por maioria, e recurso especial e(ou) extraordinário, da parte unânime, não havendo mais necessidade de interposição simultânea dos recursos, frente à nova sistemática processual recentemente introduzida por lei que alterou o CPC.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV.
- B** III e V.
- C** I, II e III.
- D** II, IV e V.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta.

- A** Tendo em vista as recentes modificações introduzidas no Código de Processo Civil, o juiz, reconhecendo a prescrição, deverá prosseguir no julgamento do mérito da causa para que o Tribunal, ao julgar a apelação, se rejeitar a prescrição, possa julgar a lide.
- B** O incidente de verificação de crédito formulado pela União frente ao falido acarreta a suspensão do processo de falência até que o incidente seja julgado pela justiça federal.
- C** Nas ações de oferta de alimentos, o juiz pode fixar os alimentos em quantia superior àquela pretendida pelo autor da ação.
- D** O tabelião não tem interesse jurídico a justificar o seu ingresso como terceiro em ação para declaração de nulidade ou falsidade de escritura pública por ele lavrada.

QUESTÃO 73

O arcabouço jurídico do Estado contemporâneo encontra explicação nas diversas teorias que procuraram justificar o poder político, bem assim no desenvolvimento histórico por que passou essa instituição política. Sobre esse tema, julgue os itens que se seguem.

- I A teoria do contrato social, decorrente do direito natural, encontra em Kant espetacular impulso, cuja filosofia está apoiada nas seguintes idéias: a liberdade como direito inato; a convivência social como limitação recíproca das liberdades; o respeito humano como base da justiça e o direito como limitação do arbítrio.
- II A doutrina da autoridade baseada na força legítima do Estado, defendida por Léon Duguit e Ihering, nega a idéia contratualista segundo a qual a vontade geral legitima a autoridade política, ao mesmo tempo em que rejeita a idéia de direito natural.
- III A doutrina da origem divina da autoridade encontra na filosofia escolástica de Santo Tomás de Aquino a sua máxima expressão, para quem qualquer lei estabelecida pelos homens é autêntica se corresponder à lei da natureza.
- IV A teoria marxista vê no Estado um instrumento de dominação das classes privilegiadas sobre as mais fracas, razão pela qual sua doutrina conduz à negação do próprio Estado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 74

Dada a evolução do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a opção **incorreta**.

- A** Diferentemente da Constituição americana, fonte de inspiração da primeira Constituição republicana brasileira, nossa Carta de 1891 reconheceu expressamente o controle jurisdicional de constitucionalidade das leis.
- B** Na Constituição de 1934, criou-se mecanismo para emprestar eficácia *erga omnes* às decisões de inconstitucionalidade de leis proferidas pelo STF, consistente na outorga de competência ao Senado Federal para suspender no todo ou em parte a execução das leis declaradas inválidas.
- C** Segundo a Constituição do Estado Novo, outorgada por Vargas, o presidente da República poderia submeter a novo exame do parlamento a lei declarada inconstitucional pelo STF.
- D** O controle abstrato de constitucionalidade de leis estaduais frente às constituições estaduais, exercido pelos tribunais de justiça dos estados, foi inaugurado na Constituição de 1967 e mantido pela Emenda Constitucional n.º 1/1969.

QUESTÃO 75

Em relação à ação civil pública, aprecie a correção dos itens abaixo, conforme a jurisprudência dominante do STF.

- I É admissível o controle difuso de constitucionalidade de lei no processo da ação civil pública, pelo juízo de primeiro grau, quando necessário para a decisão da causa.
- II O Ministério Público tem legitimidade ativa para a ação civil pública em defesa de quaisquer interesses ou direitos individuais homogêneos.
- III Não é da competência originária do STF o conhecimento de ação civil pública, ainda quando nela se contenha conflito entre a União e estado-membro.
- IV As mensalidades escolares, quando abusivas ou ilegais, podem ser impugnadas mediante ação civil pública, mas o Ministério Público não é legitimado a propô-la, pois o seu objeto são interesses individuais de conteúdo patrimonial e, portanto, disponíveis.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 76

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Sistema Tributário Nacional.

- I A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi transformada em contribuição definitiva com a Emenda Constitucional n.º 37/2002.
- II A definição da base de cálculo do ICMS, imposto não-cumulativo, é reservada à lei complementar.
- III Ao contrário da taxa judiciária, as custas judiciais constituem preço público, por isso, não sujeitas ao princípio da legalidade.
- IV É inconstitucional, de acordo com o STF, a substituição tributária progressiva, a qual, em vez do diferimento, constitui a antecipação do fato gerador e, conseqüentemente, da exigibilidade do tributo.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0. **B** 1. **C** 2. **D** 3.

QUESTÃO 77

Descumprindo um estado federativo decisão judicial emanada do respectivo tribunal de justiça e fundada em direito infraconstitucional, tal unidade federativa estará sujeita, em tese, à intervenção federal, a qual dependerá

- A** de representação do procurador-geral da República junto ao STJ e de requisição deste ao presidente da República.
- B** de representação do procurador-geral da República junto ao STF e de requisição deste ao presidente da República.
- C** de requerimento do presidente do tribunal de justiça ao STF e de requisição deste ao presidente da República.
- D** de representação do procurador-Geral da República junto ao STJ e de requisição deste ao Congresso Nacional.

QUESTÃO 78

Acerca da ADIn, julgue os itens abaixo.

- I Ato regulamentar pode, em situações excepcionais, constituir objeto de ADIn; em contrapartida, não se admite que ato legislativo de efeito concreto, somente por ser lei em sentido formal, possa submeter-se a controle nessa via.
- II Emenda constitucional pode ter sua constitucionalidade ou inconstitucionalidade declarada em ADIn, tendo por parâmetro de controle qualquer princípio constitucional.
- III O STF tem admitido a interposição de ação rescisória de acórdão proferido em ADIn, se configurada a hipótese de erro de fato resultante de documentos da causa.
- IV Não se admite a ADIn, quando a norma constitucional invocada como parâmetro de aferição da alegada inconstitucionalidade é posterior à edição da lei questionada.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e III.
B I e IV. **D** III e IV.

QUESTÃO 79

A Constituição, segundo o STF, admite a

- A** prisão preventiva do estrangeiro para aguardar o pedido de extradição, por ordem do ministro da Justiça, desde que o Estado requerente assegure reciprocidade ao Brasil no ponto.
- B** prisão do condenado por decisão sujeita a recurso extraordinário ou a recurso especial.
- C** prisão preventiva de deputado federal, após a Emenda Constitucional n.º 35, sem necessidade da licença prévia da Câmara.
- D** imunidade de governador à prisão cautelar no processo penal por crime comum, de acordo com o modelo de imunidade à prisão do presidente da República.

QUESTÃO 80

À vista do sistema brasileiro de controle difuso de constitucionalidade, assinale a opção **incorreta**.

- A** Mesmo sendo municipal a norma declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, é o Senado Federal o órgão competente para emprestar-lhe eficácia *erga omnes*.
- B** O juiz não usurpa a competência do STF quando declara, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade de norma legal em sentença que possua eficácia *erga omnes*.
- C** Não se admite recurso extraordinário para decidir da compatibilidade entre a lei ordinária anterior à sua promulgação e a Constituição de 1988.
- D** É admissível seja a inconstitucionalidade de lei declarada incidentalmente, de ofício, pelo órgão jurisdicional.

QUESTÃO 81

Em matéria de incorporação ao direito interno de normas decorrentes de tratados, convenções ou acordos internacionais, julgue os itens abaixo.

- I Embora a Constituição de 1988 não tenha disciplinado a hierarquia que as normas decorrentes de tratado internacional desfrutam depois de regularmente incorporadas ao direito interno, o STF admite possam equivaler à lei ordinária ou à lei complementar, conforme a matéria nela veiculada.
- II A ratificação de tratado internacional pelo Poder Legislativo no Brasil, segundo a Constituição, depende de pronunciamento da maioria absoluta do Congresso Nacional ou das assembleias legislativas, conforme se trate de matéria de competência privativa da União ou dos estados-membros.
- III O Brasil adota a teoria monista, defendida por Hans Kelsen, segundo a qual os atos internacionais regulados pelo direito internacional público têm sempre primazia hierárquica sobre as normas de direito interno.
- IV Os estados-membros na federação brasileira não possuem legitimidade constitucional para firmar tratados internacionais.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 82

Assinale a opção **incorreta**.

- A** A autoridade judiciária federal responde solidariamente pelo dano causado por dolo ou culpa grave ao jurisdicionado.
- B** Segundo o STF, o mandado de segurança não pode ser utilizado por parlamentar para impedir a tramitação de projeto de lei cujo conteúdo fira direitos e garantias fundamentais.
- C** A perda de mandato de deputado por procedimento incompatível com o decoro parlamentar decorre de ato *interna corporis*, sendo, no mérito, insuscetível de controle judicial; todavia, o parlamentar punido pode questionar sua validade, sob alegação de inobservância do devido processo legal.
- D** À Câmara dos Deputados compete examinar a admissibilidade da acusação de crime de responsabilidade atribuído ao Presidente da República, e ao Senado Federal, o seu julgamento.

QUESTÃO 83

Verifique a correção das proposições seguintes, de acordo com a jurisprudência do STF sobre direitos e garantias fundamentais.

- I A garantia de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada não se aplica às leis de ordem pública, que incidem imediatamente, alcançando todos os efeitos decorrentes de atos e contratos celebrados anteriormente a sua vigência.
- II É sempre inadmissível no processo a prova obtida mediante gravação de conversa telefônica, quando feita por um dos interlocutores, quando a desconhecesse o outro.
- III O sigilo bancário, derivado do direito à intimidade, é oponível ao Ministério Público, quando este requisitar informações diretamente às instituições financeiras sobre movimentação bancária referente a verbas públicas.
- IV A publicação não consentida de fotografias somente gera direito a indenização se houver ofensa à reputação da pessoa, uma vez que o direito à imagem deriva da inviolabilidade da honra.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0. **B** 1. **C** 2. **D** 3.

QUESTÃO 84

O art. 18, § 4.º, da Constituição de 1988, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 15, de 12 de setembro de 1996, assim dispõe:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Em relação aos temas abrangidos nesse artigo, assinale a opção **incorreta**.

- A** Lei estadual de criação de município poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, se não se verificar estudo prévio de viabilidade da entidade local, podendo a situação anterior ser restabelecida por medida cautelar.
- B** A norma constitucional mencionada é de eficácia limitada, porque dependente de legislação complementar federal; nada obstante, possui imediata eficácia para revogar as regras preexistentes que lhe sejam contrárias.
- C** A criação de um município não é matéria de competência exclusiva do estado-membro; prova disso é a circunstância de a Constituição atribuir aos municípios uma série de competências legislativas concorrentes com os estados-membros e a União.
- D** O plebiscito, instrumento de afirmação da soberania popular, é sempre prévio ao ato legislativo ou ao ato administrativo dependente da aprovação popular.

QUESTÃO 85

Assinale a opção correta.

- A** O rol de legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade por omissão é menor que o previsto para a impugnação da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- B** Pode ser objeto de declaração de inconstitucionalidade a omissão do chefe do Poder Executivo em desencadear o processo legislativo tendente à edição de lei necessária para assegurar direitos constitucionais.
- C** O STF entende possível expedir provimento normativo para suprir a omissão parcial da lei.
- D** O reconhecimento da mora do Poder Legislativo na edição de lei autoriza o STF a ordenar, com eficácia mandamental, o cumprimento do dever de legislar no prazo que assinar, findo o qual editará o tribunal o ato normativo necessário.

QUESTÃO 86

Julgue os itens que se seguem.

- I Embora silente a Constituição, a livre criação de tribunais de contas municipais decorre, no sistema constitucional brasileiro, da adoção do modelo federativo.
- II O Tribunal de Contas da União (TCU) tem poderes para anular contratos lesivos ao patrimônio público.
- III O TCU não pode realizar auditoria contábil, financeira ou patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário, embora tenha competência para examinar as suas contas.
- IV As normas constitucionais sobre a competência de fiscalização do TCU se aplicam, com as adaptações necessárias, aos tribunais de contas dos estados.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4.

QUESTÃO 87

A ordem econômica constitucional brasileira

- A** sujeita à desapropriação para a reforma agrária toda propriedade rural que descumpra sua função social.
- B** não impede que, segundo o STF, a lei estabeleça a impenhorabilidade dos bens de empresa estatal que explore atividade econômica que constitua monopólio estatal.
- C** impede, com fundamento na livre iniciativa, a instituição de tributo como instrumento da intervenção estatal no domínio econômico.
- D** veda qualquer modalidade de controle de preços de bens ou serviços privados.

QUESTÃO 88

Julgue os itens subseqüentes.

- I Enquanto na democracia representativa a participação popular é indireta, periódica e formal, na democracia participativa, ela é pessoal na formação dos atos de governo, como na iniciativa popular de projetos de lei.
- II Todas as eleições federais e estaduais obedecem ao princípio majoritário previsto na Constituição.
- III A adoção do sistema distrital puro ou misto para a eleição de deputados federais depende de emenda à Constituição.
- IV Só a Constituição estabelece as causas de inelegibilidade, mas a lei complementar pode exigir outras condições de elegibilidade, além das constitucionais.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0. **B** 1. **C** 2. **D** 3.

QUESTÃO 89

Assinale a opção correta.

- A** Para o STF, a *declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto* somente é viável no controle abstrato.
- B** Declarada em tese a inconstitucionalidade de norma que provoque vazio legislativo desfavorável aos jurisdicionados, o STF pode colmatar a lacuna resultante.
- C** Na *interpretação conforme a constituição*, não há redução do texto normativo questionado.
- D** Do efeito *ex tunc* da declaração em abstrato da inconstitucionalidade decorre a nulidade de todos os efeitos concretos produzidos pela norma inconstitucional, independentemente do lapso temporal decorrido desde sua promulgação ou da existência de sentença que a tenha aplicado, com trânsito em julgado.

QUESTÃO 90

A ordem social da Constituição proscreeve a

- A** participação de capital estrangeiro em empresa jornalística ou de radiodifusão.
- B** criação de contribuição para a seguridade social incidente sobre a folha de salários pagos pelo empregador.
- C** vinculação da receita de impostos à manutenção do ensino.
- D** imputabilidade penal aos menores de dezoito anos.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta.

- A** A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, sanções aplicáveis à prática de atos de improbidade administrativa, dependem da ocorrência de dano ao patrimônio público e somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B** As organizações privadas sem fins lucrativos que recebem benefícios fiscais são sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa, limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição do poder público.
- C** A luz da lei de improbidade administrativa, a responsabilidade pelo ressarcimento integral do dano ao patrimônio público é imposta ao agente ímprobo e não se transmite aos sucessores deste.
- D** Proposta a ação de improbidade administrativa, o juiz ordenará a citação do réu ou, convencendo-se da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, rejeitará a ação em decisão fundamentada.

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta.

- A** O plano diretor é o instrumento estabelecido por ato do Poder Executivo com a finalidade de ordenar a política de desenvolvimento e expansão urbana, mostrando-se obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- B** O direito de preempção confere ao poder público a preferência para a aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.
- C** Descumpridas as condições e os prazos estabelecidos em lei para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não-edificado, subutilizado ou não utilizado, o Distrito Federal poderá proceder à desapropriação do imóvel, com o pagamento em títulos da dívida pública.
- D** Limitações administrativas caracterizam-se pela imposição de ônus especiais sobre determinadas propriedades, mediante indenização, para a execução de serviços públicos específicos.

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta.

- A** Considera-se serviço voluntário a atividade prestada com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social por pessoa física a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, sem remuneração, mas passível de ressarcimento das despesas realizadas no desempenho dessas atividades.
- B** Os serviços sociais autônomos são aqueles instituídos por lei, com personalidade jurídica de direito público, para a prestação de serviços públicos delegados pelo Estado.
- C** É facultada às entidades qualificadas pela Lei n.º 9.790/1999 como organizações da sociedade civil de interesse público a participação em campanhas eleitorais, mediante prévia autorização do Tribunal Superior Eleitoral.
- D** As sociedades de economia mista e as empresas públicas integram a administração pública indireta, devendo ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

QUESTÃO 94

Assinale a opção correta.

- A** A exigência constitucional de lei específica para a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista impõe igual especificidade legislativa para a privatização dessas entidades.
- B** Empresa pública federal é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração da atividade econômica, com foro perante a Justiça Federal.
- C** O Ministério Público Federal pode, a requerimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), promover a execução das decisões e dos julgados dessa autarquia federal.
- D** Consoante interpretação conferida pelo STF à Lei Complementar n.º 75/1993, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem legitimidade para interpor recurso extraordinário contra os acórdãos proferidos pelo STJ.

QUESTÃO 95

Assinale a opção correta.

- A** A Lei Federal n.º 8.112/1990 e todas as suas posteriores alterações são aplicáveis aos servidores da administração direta do Distrito Federal (DF).
- B** Observado o interesse da administração, o servidor da Secretaria de Saúde do Distrito Federal pode ser redistribuído para ao quadro de pessoal de outra secretaria de Estado ou para a Câmara Legislativa do DF.
- C** Tratando-se de dano causado a terceiros por ação culposa de servidor distrital, esse responderá perante a fazenda pública, em ação regressiva.
- D** Ao servidor que ingressou nos quadros do DF no ano de 1999 é assegurado o direito de computar, para todos os efeitos, o tempo de serviço público estadual ou federal, inclusive o prestado às forças armadas.

QUESTÃO 96

Assinale a opção correta.

- A** No loteamento urbano, desde a data da aprovação de seu projeto pela prefeitura municipal, ou pelo DF quando for o caso, passam a integrar o domínio do município ou do DF as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos.
- B** A prefeitura municipal, ou o DF quando for o caso, poderá regularizar o loteamento urbano não-autorizado, ainda que realizado em área de preservação ambiental.
- C** Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica.
- D** Iluminação pública constitui infra-estrutura básica indispensável a todo parcelamento regular de solo urbano.

QUESTÃO 97

Assinale a opção correta.

- A** Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão de serviço público, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.
- B** Na hipótese de descumprimento, pelo poder concedente, das normas contratuais, o contrato de concessão de serviço público poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, independentemente de ação judicial.
- C** Não é admitida a subconcessão, ainda que prevista no contrato de concessão de serviço público e expressamente autorizada pelo poder concedente.
- D** A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará a extinção da concessão.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta.

- A** São terras devolutas aquelas pertencentes ao domínio público e que se achem destinadas a fins administrativos específicos.
- B** O poder público não pode conceder, como direito real, o uso de terrenos públicos.
- C** As empresas públicas podem doar bens que lhes pertencem.
- D** A alienação de imóvel de autarquia, por concorrência pública, independe de avaliação prévia.

QUESTÃO 99

Assinale a opção correta.

- A** A autoridade competente para a aprovação da licitação somente poderá revogá-la por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.
- B** É inexigível a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos por decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- C** A administração direta, a administração indireta e a administração fundacional obedecerão sempre a idênticas normas gerais relativas a licitação editadas pela União.
- D** A autoridade administrativa pode combinar as várias modalidades de licitação para fins de atendimento de interesse público relevante.

QUESTÃO 100

Assinale a opção correta.

- A** A pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional.
- B** A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização da atividade de pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minérios e materiais nucleares e seus derivados.
- C** A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
- D** A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e das fundações que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.